

**Discurso na Cerimónia de Entrega de Prémios do “Dia da Polícia Judiciária  
2025”**

SIT Chong Meng

11 de Julho de 2025

Exm.<sup>os</sup> Senhores

Secretário para a Segurança, WONG Sio Chak

Procurador do Ministério Público, CHAN Tsz King

Director dos Serviços de Ligação para os Assuntos Policiais do Gabinete de Ligação do  
Governo Popular Central na RAEM, WANG Qianjin

Comandante-Geral dos Serviços de Polícia Unitários, LEONG Man Cheong

Presidente da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de  
Segurança, Leonel Alberto ALVES

Caros convidados e caros colegas

Bem-vindos à cerimónia de entrega de prémios do “Dia da Polícia Judiciária 2025”!

Como todos os anos, por ocasião da realização da cerimónia de entrega de prémios e de uma série de actividades comemorativas no âmbito do “Dia da Polícia Judiciária”, gostaria de fazer um balanço do trabalho, elogiar a excelência e fortalecer a moral dos funcionários. A Polícia Judiciária de Macau atravessa já, junto da população, 65 anos de história, pelo que o “Dia da Polícia Judiciária” deste ano ganha um significado especial.

Gostaria agora de vos apresentar o trabalho desenvolvido e os resultados alcançados pela PJ ao longo do ano passado. A PJ cumpriu rigorosamente as exigências de trabalho estabelecidas pela Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM e pelo superior hierárquico e, de acordo com a lei, realizou cabalmente o trabalho de execução da lei relativo à segurança do Estado, intensificou o trabalho de execução no âmbito do combate às actividades de espionagem e à interferência externa e do alerta para o combate ao terrorismo, aperfeiçoou continuamente o mecanismo de funcionamento, procedeu proactivamente ao estudo e avaliação de diversos riscos de segurança e os quais conseguiu resolver atempadamente. Perante a actual situação cada vez mais grave, a PJ mantém o pensamento baseado em pressupostos de situações mais desfavoráveis e a consciencialização do perigo, defendendo de forma empenhada a segurança nacional e a estabilidade da RAEM. Do mesmo modo, com base nas orientações da salvaguarda da segurança nacional, planeia-se o trabalho policial no âmbito das eleições para a 8.ª Assembleia Legislativa e 15.ª edição dos Jogos Nacionais, por forma a garantir que esses importantes eventos sejam bem-sucedidos.

Com a coordenação dos superiores, a PJ promoveu de forma profunda e sólida a divulgação e educação sobre a segurança nacional, empenhando-se em consolidar um bom ambiente social em que as gentes de Macau têm e devem assumir responsabilidades relativas à defesa da segurança nacional. Assim, foram realizadas, com sucesso, uma série de actividades do “Dia da Educação da Segurança Nacional”, que registou um novo recorde de visitantes neste ano, que se culminarão com o lançamento de um jogo de perguntas e respostas *online* relativo a “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional” em breve; os projectos de divulgação e educação permanente estão a avançar a bom ritmo, tendo a PJ já concluído o trabalho de

elaboração do primeiro livro ilustrado digital com o tema da segurança nacional “O pequeno porta - bandeira”, focando a segurança política, e que será promovido oportunamente nas escolas.

A construção do sistema e da capacidade de cibersegurança está a progredir de forma consistente. Nos primeiros cinco meses deste ano, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) enviou 97 mensagens de alerta aos operadores das infraestruturas críticas, uma descida de 12%, face ao período homólogo do ano anterior, e recebeu e acompanhou 9 casos de incidentes de cibersegurança, 1 dos quais se tratou de ataque cibernético, o que representa uma diminuição de 4 casos em termos comparativos, mostrando que a situação manteve-se estável e tendeu para um rumo positivo. O CARIC está a impulsionar o projecto de actualização do sistema de consciência situacional relativo à cibersegurança e tem vindo ainda a fazer revisão sobre as “Directrizes técnicas para a gestão das vulnerabilidades” lançadas no ano passado, as quais vão ser elevadas para uma regulamentação técnica legalmente vinculativa. Ao mesmo tempo, o CARIC melhora dinamicamente a cooperação regional, implementa o memorando de cooperação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no âmbito da cibersegurança assinado no ano passado, e estuda o reforço da relação colaborativa com as instituições nacionais desta área, no sentido de fortificar ainda mais a capacidade de alerta e prevenção, criando uma linha de defesa mais sólida da cibersegurança para assegurar o desenvolvimento da sociedade.

Quanto à manutenção da segurança em geral, nos primeiros cinco meses deste ano, foram instaurados 5.843 processos criminais, uma descida de 1,1% em relação a igual período do ano passado; 2.858 foram processos de inquérito e denúncia, onde houve uma diminuição de 11,1%, o número total dos processos concluídos foi de 6.379, mais

25,1%, e foram encaminhados para os órgãos judiciais 1.641 indivíduos, o que representa um aumento de 17,6%, foi também registado um caso de homicídio com origem em disputa familiar, os crimes graves, e.g. rapto, agressão física e fogo posto, continuam a manter uma ocorrência baixa ou até zero, o que mostra que a ordem pública e a situação da criminalidade continuam estáveis e sob controlo.

Face ao risco de crimes decorrente do aumento da população flutuante, a PJ continuou a melhorar as acções policiais, com vista a proteger a vida dos residentes e turistas e seu património. Nos primeiros cinco meses deste ano, foram registados 16 casos de roubo, mais 1 caso em comparação homóloga, enquanto se registaram 269 casos de furto, o que representa uma diminuição de 27,1% em relação ao ano anterior. A PJ aumentou a mobilização policial para divulgar aos lojistas e outras pessoas informações acerca da prevenção de furto, estabeleceu uma nova relação de cooperação com o sector de aviação, pretendendo-se com diversas medidas prevenir os furtos nas aeronaves e ainda, optimizou o mecanismo de investigação visando combater com mais eficácia o crime continuado como furtos em residência e em autocarro, impedindo assim a propagação dessa criminalidade.

Quanto à prevenção e controlo de crimes relacionados com o jogo, nos primeiros cinco meses deste ano, a PJ instaurou 943 processos de crimes relacionados com o jogo o que representa um aumento de 62,9% face ao mesmo período do ano anterior. O motivo principal dessa subida deve-se à entrada em vigor da Lei de combate aos crimes de jogo ilícito em que foi aditado o crime de “exploração de câmbio ilícito para o jogo” (204 casos). A PJ reforçou a recolha de informações, análise de dados e a cooperação com os sectores para o combate proactivo nas actividades de empréstimo ilícito, em que foram registados 83 casos de empréstimo ilícito e 10 de sequestros, o que representa

uma descida de 20,2% e 41,2%, respectivamente. No que diz respeito às burlas relacionadas com o jogo foram registados 251 casos, um aumento de 93,1% face ao período homólogo devido ao facto dessas burlas estarem relacionadas com os burlões de troca de dinheiro e por, a partir deste ano, essas burlas de troca de dinheiro terem sido incluídas nas estatísticas de crimes relacionados com o jogo.

No ano passado, o Ministério da Segurança Pública coordenou a polícia da China continental e a PJ para reprimir toda a cadeia de “burlões de troca de dinheiro”. Além disso, a legislação de Macau definiu o comportamento dos “burlões de troca de dinheiro” como um crime, pelo que a PJ manteve-se atenta para o combate intensivo a estes crimes. Desde Outubro do ano passado até Maio deste ano, foram resolvidos 323 casos que resultou na detenção de 481 burlões de troca de dinheiro e na apreensão de dinheiro e fichas, com valor total que excedeu os 60 milhões de HKD. A PJ tem acompanhado de perto o desenvolvimento da indústria do jogo, especialmente dos casinos-satélite que irão encerrar as suas operações no fim do ano, pelo que, a PJ tomou medidas e planos para garantir que os incidentes relacionados não tragam um impacto negativo na conjuntura de segurança e na segurança da comunidade.

No âmbito da repressão dos crimes relacionados com estupefacientes, entre Janeiro e Maio deste ano, a PJ instaurou 22 processos de tráfico e 10 de consumo de droga. Apesar de a taxa de incidência dos crimes relacionados com a droga continuar a manter um nível baixo, a PJ continua atenta, persistindo nas directrizes de enfatizar a informação, intensificar o combate, sensibilizar contra a droga e dar impulso às tecnologias, aprofundar a interacção com as autoridades policiais locais e além fronteiras e a cooperação policial. Desse modo, os trabalhos de execução da lei obtiveram resultados notórios, tais como a resolução do maior caso ao longo da história

em que se usou Macau como ponto de trânsito de tráfico de “Ice”, e o desmantelamento, em colaboração com os Serviços de Alfândega de Macau, de um caso de tráfico de efedrina para a China continental.

Ao mesmo tempo, a PJ tem dado, como sempre, a importância ao trabalho de luta contra a droga junto dos jovens, e tem-se mantido atenta ao problema do consumo dissimulado de drogas e, todos os anos, a PJ tem vindo a promover, sob a coordenação do superior, o controlo de drogas emergentes. A alteração à “Lei de droga” entrou em vigor no final do mês passado, na qual foram adicionadas 24 substâncias sujeitas a controlo, como o etomidato. A PJ continuou a organizar acções de divulgação, de grande dimensão, junto da comunidade no âmbito da “Semana da Luta contra a droga” e, este ano organizou um concurso de desenho antidroga para os alunos do ensino secundário geral de Macau, sob o tema “Juventude rejeita as drogas”, para que a mensagem antidroga possa propagar-se abrangentemente entre os jovens.

No âmbito da prevenção e controlo da burla, entre Janeiro e Maio deste ano, os casos de burla em telecomunicações e cibernética diminuíram ainda mais, o que mostra que a consciência do público sobre prevenção de burla está a melhorar. Registaram-se 121 casos de burla telefónica, o que representa uma diminuição de 27,1% em relação ao período homólogo; 228 casos de burla com internet, diminuíram 29%; e 205 casos de compra *online* com uso ilícito de cartão de crédito, decresceram 7,2%. Contudo, nos finais de Abril deste ano, surgiu o primeiro caso de burla envolvendo tecnologia de Inteligência Artificial *Deepfake* em Macau e, desde os inícios de Abril, dispararam as burlas que simulam chamadas do serviço de atendimento de plataformas de pagamento *online*, causando prejuízos a mais de cem pessoas, o que evidenciou que o trabalho antiburla está ainda a enfrentar desafios duradouros.

A PJ empenha-se em aperfeiçoar o modo de prevenção-controlo que conjuga a prevenção, recuperação e combate, e desenvolve o trabalho antiburla com recurso a várias medidas. Em Maio deste ano, o Centro de Coordenação de Combate às Burlas 3.0 entrou em pleno funcionamento com o trabalho de luta contra a burla baseado na tecnologia a entrar numa nova etapa. O miniprograma antiburla tem apoiado eficazmente o público na prevenção deste crime, tendo sido registados mais de 17.000 acessos ao programa nos primeiros cinco meses deste ano. Durante o mesmo período, em colaboração com as empresas operadoras de telecomunicações, foram bloqueados atempadamente 263 webs de *phishing*. No âmbito publicitário, a divulgação antiburla *online* e *offline* foi desenvolvida em profundidade, o “Programa de vacina antiburla no campus” foi realizado em profundidade, o número de “embaixadores antiburla” para estudantes do ensino superior ultrapassou 500 e o “carro para campanhas de sensibilização antiburla” entrou em funcionamento e visitou as escolas e zonas comunitárias. Durante as acções de divulgação, o pessoal de investigação criminal conseguiu identificar atempadamente casos de burla telefónica. Em suma, os resultados foram notáveis.

Quanto à recuperação do dinheiro burlado e dos prejuízos, no primeiro trimestre deste ano, com o apoio do sector bancário de Macau, conseguiu-se impedir e parar o pagamento em 131 casos, que envolviam um montante superior a 25 milhões de patacas, e, no mesmo período, a PJ informou os bancos sobre 249 contas suspeitas. Além disso, a polícia da China continental congelou ali 32 contas bancárias com base na comunicação da PJ e interceptou com sucesso 440.000 RMB. O Centro de Coordenação de Combate às Burlas (CCCB) desta polícia aderiu ao mecanismo global de bloqueio rápido de pagamento (I-GRIP) da Interpol, através do qual se permite a transmissão

rápida de solicitações de suspensão de pagamento entre 195 países e regiões. À medida que a colaboração antiburla se aprofunda, a segurança dos bens da população será melhor protegida.

No que concerne ao combate, a PJ adopta uma atitude de tolerância zero e está totalmente empenhada em investigar casos deste género e, nos primeiros cinco meses, deteve 98 membros de grupos fraudulentos. Em resposta à alta ocorrência de novos tipos de burlas telefónicas desde Abril, os agentes de investigação criminal para além de utilizarem técnicas de investigação profissionais, aplicam também novos equipamentos do CCCB para melhorar a eficácia de análise, de estudo e de avaliação dos dados, pelo que conseguiram dismantelar vários antros de burla escondidos em zonas residenciais com uma série de operações. A PJ estabeleceu um canal directo de cooperação contra burlas entre a China continental, a RAEHK e Singapura para reforçar a troca de informações, e também tomou parte no projecto “FRONTIER+” composto pelas unidades antiburla de 10 países e regiões, tendo participado na primeira operação conjunta realizada entre finais de Abril e finais de Maio, promovendo uma cooperação policial mais estreita para combater burlas transfronteiriças.

Em simultâneo, a PJ sempre acredita que os residentes desempenham um papel vital na governação da segurança da sociedade, tendo colocado, a longo prazo, o trabalho de policiamento comunitário num lugar prioritário, tendo aprofundado continuamente a interacção com diversos sectores da sociedade e das indústrias, bem como com os membros dos mecanismos de cooperação entre polícia e população, “Amigos da prevenção criminal na área da habitação”, “Amigos da prevenção criminal para mulheres” e “Rede de comunicação com as escolas”, etc., melhorando os mecanismos de comunicação diversificados que permitem ouvir a opinião pública,



compreender a qualidade de vida da população e resolver as suas preocupações, mobilizando plenamente as forças sociais para participarem no trabalho policial e consolidando constantemente a base social da co-governança entre polícia e comunidade, de modo a salvaguardar juntos a harmonia e a estabilidade sociais.

Caros superiores, caros convidados e caros colegas, a PJ tem conseguido resultados no âmbito da execução da lei graças à liderança do Governo da RAEM, da Secretaria para a Segurança, dos Serviços de Polícia Unitários e dos órgãos judiciais, bem como a estreita cooperação com as instituições do Governo Central em Macau e os órgãos policiais locais e do exterior, e também a articulação dos amigos da imprensa, de todos os sectores sociais e da população em geral. Hoje, à margem das actividades do Dia da PJ, manifesto os meus sinceros agradecimentos aos superiores hierárquicos e a todos os sectores da sociedade, bem como, presto homenagem a todos os colegas pelo seu empenho fiel às funções e pelo trabalho árduo.

Após a aprovação do Secretário para a Segurança, este ano foram atribuídas menções de mérito excepcional a um total de 14 funcionários, tendo sido dispensada, nos termos legais, a publicação da identificação de 4 deles. Vão ainda ser concedidos 113 louvores individuais e louvores colectivos a 8 equipas de trabalho, 10 subunidades de investigação criminal, bem como à equipa de trabalho que participou nos trabalhos de segurança dos eventos de grande envergadura, nomeadamente a celebração do Retorno de Macau à Pátria e a 6.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e a que participou na “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional” de 2025. Espera-se que os funcionários e equipas premiados continuem com este espírito da Polícia Judiciária de aplicação da lei em prol da população, ponham em prática a missão através

de acções práticas.

Ao longo de 65 anos, a Polícia Judiciária tem desempenhado um papel fundamental de prevenção e combate à criminalidade, participando no percurso histórico em que a segurança da sociedade passou da agitação para a tranquilidade. No futuro, a PJ vai ter sempre em mente os seus propósitos originais e missões, seguir a filosofia de governação dedicada a “trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, persistir no caminho certo e apostar na inovação” do Governo da RAEM, implementar plenamente os conceitos policiais promovidos pelo Secretário para a Segurança, construir, de forma firme, uma equipa profissional que tenha uma perspectiva global, trabalhe com pragmatismo, assuma as suas responsabilidades, reforce a solidariedade e a colaboração e mantenha a integridade, defender fielmente a segurança do Estado e a estabilidade da conjuntura social, contribuindo mais força para realizar as aspirações almejadas pela população por uma vida melhor.